



067/98/005/2000

AO ILUSTRÍSSIMO PRESIDENTE DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE INFRA-ESTRUTURA DO COPAM – CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL DE MINAS GERAIS



Ref.: Auto de Infração n.º 174/2000
Processo n.º. 067/1998/005/2000

A FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S/A, concessionária de serviço público do transporte ferroviário de cargas da Malha Centro-Leste, vem, respeitosa e tempestivamente, por sua advogada *in fine* assinada, apresentar o presente PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO, pelos fatos e fundamentos abaixo aduzidos:

I – DOS PRESSUPOSTOS LEGAIS DO EXERCÍCIO DO DIREITO DE DEFESA

I.1 – Da tempestividade da presente defesa

Do Ofício expedido pela FEAM em 10/06/03, teve essa Recorrente ciência em 16/06/03. Considerando que o prazo para apresentação da defesa é de 20 dias contados da data do recebimento do referido Ofício, recai-se assim o “*dies ad quem*” para a apresentação da defesa em 06/07/03, motivo pelo qual a respectiva tempestividade é patente pela protocolização, nesta data, 07/03/03 (DOC. I).

I.2 – Da inexigibilidade de recolhimento da multa aplicada como condição de admissibilidade para apreciação do pedido de reconsideração

Nos termos do arts. 31 e seguintes do Decreto n.º. 39.424 de 05 de fevereiro de 1998, que alterou e consolidou o Decreto n.º. 21.228 de 10 de março de 1981 e regulamentou a Lei n.º. 7.772 de 08 de setembro de 1.980, conclui-se que:

Da decisão do Órgão Seccional de Apoio, no caso em tela, FEAM, que indeferir PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO formulado pelo autor, caberá recurso à CÂMARA ESPECIALIZADA competente. Da decisão da CÂMARA ESPECIALIZADA competente, caberá recurso ao Plenário, que deverá ser dirigido ao Presidente do COPAM.

Logo, forçoso é concluir, que é facultado ao Administrado o exercício de seu direito de defesa em 03 (três) instâncias administrativas distintas, apresentando os competentes

Ferrovias Centro-Atlântica SA
Rua Sapucaí, 383 - Floresta
30.150-904 - Belo Horizonte - MG
Telefone: (031) 3279-5707
Fax: (031) 3279-5740

Assinatura
Dir-1415



PEDIDOS DE RECONSIDERAÇÃO e RECURSO, respectivamente: (i) ao Presidente do Órgão Seccional de Apoio, no caso em tela a FEAM; (ii) à CÂMARA ESPECIALIZADA competente; ao Plenário, as decisões da CÂMARA ESPECIALIZADA.

O art. 34 tratou de definir situações sobre o encaminhamento e o direcionamento de RECURSO, em última instância administrativa. Seguindo a ordem cronológica, o art. 35 dispôs que: "Não será conhecido **RECURSO** desacompanhado de cópia autenticada da guia de recolhimento da multa." (Grifamos)

Assim sendo, dúvidas não restam quanto a exigência do recolhimento da multa, quando da interposição de RECURSO, em última instância administrativa, face a decisão da CÂMARA ESPECIALIZADA ao Presidente do COPAM.

Corrobora-se tal assertiva, no próprio Ofício encaminhado pela FEAM à FCA n.º OF/COPAM/FEAM/Nº. 485/2003 (DOC.II), que dispõe:

"...para apresentar Pedido de Reconsideração da penalidade aplicada à FEAM OU efetuar o pagamento da multa utilizando o boleto bancário anexo.

Comunicamos, ainda que não havendo recolhimento da multa OU apresentação de Pedido de Reconsideração, em tempo hábil....." (Grifamos)

Logo, o presente PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO por ser tempestivo apresenta todos os requisitos de admissibilidade previstos em lei, devendo-se assim, portanto, ser apreciado.

II – BREVE HISTÓRICO

Em 28/07/00, ocorreu acidente ferroviário no município de Buenópolis (MG), que provocou o vazamento de 05 vagões; sendo que, 01 vagão teve vazamento total; 02 vagões tiveram vazamento de médias proporções e os 02 restantes tiveram pequenos vazamentos; totalizando volume de 105 m³ (cento e cinco metros cúbicos).

Em 29/08/00, foi a FCA autuada pela FEAM, por "emitir ou lançar líquidos, causadores de degradação ambiental, em desacordo com o estabelecido nas deliberações normativas; em consequência do derramamento de grande quantidade de linear alquibenzeno – LAB proveniente do descarrilamento de 6 vagões no município de Buenópolis".

Ferrovia Centro-Atlântica SA

Rua Sapucaí, 383 - Floresta
30.150-904 - Belo Horizonte - MG
Telefone: (031) 3279-5707
Fax: (031) 3279-5740



Apresentou essa ora Defendente, defesa, tempestivamente, em 25/09/00, sendo em 16/06/03 notificada do seu indeferimento, através do n.º OF/COPAM/FEAM/Nº. 485/2003 (DOC. II).

II - PRELIMINAR DE NULIDADE POR CERCEAMENTO DE DEFESA

II.1 – Da ausência de fundamentação da decisão

O Ofício n.º OF/COPAM/FEAM/Nº. 485/2003 encaminhado à FCA em 16/06/03 tratou de aplicar a penalidade de multa, sem contemplar qualquer fundamentação, ainda que de modo conciso das razões do suposto indeferimento da defesa apresentada; consoante preceitua o art. 165 do CPC que dispõe:

*“As sentenças e acórdãos serão proferidos com observância do disposto no art. 458, **as demais decisões serão fundamentadas ainda que de modo conciso**”.* (Grifamos)

Podem, portanto, as decisões serem exteriorizados por meio de fundamentação breve e sucinta, o que não quer dizer ausência de fundamentação, pois viola claramente preceito constitucional, constante no art. 93 X, que exige a fundamentação de toda e qualquer decisão do Poder Judiciário sob pena de nulidade.

“É nula a decisão proferida sem qualquer fundamentação” (TRF 4ª, 3º, Ag. 406823- RS rel. Juiz Silvio Dobrowolski, v.u. 17.9.1991, DOU 30/10/1991 p. 27141 (Grifamos))

Desta feita, o ato administrativo ora praticado (qual seja, o Ofício informando a penalidade de multa aplicada) deverá ser declarado nulo de pleno direito, face a inexistência de decisão e da conseqüente fundamentação e por conseqüência o Auto de Infração supramencionado.

1.2- Da redução do prazo para a apresentação do Pedido de Reconsideração

Conforme já exposto, foi a FCA notificada do indeferimento do PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO através do Ofício n.º OF/COPAM/FEAM/Nº. 485/2003 (DOC. II), em 16/06/03. No entanto, no referido Ofício não foram mencionados os motivos pelos quais a defesa foi indeferida, pois inexiste sequer decisão.

Em 23 de Junho de 2003, a FCA compareceu à FEAM, com vistas a obter não só a cópia dos autos, mas também conhecer os motivos que levaram ao indeferimento da defesa apresentada; para assim exercer o seu direito de defesa em sua plenitude,

Ferrovia Centro-Atlântica SA

Rua Sapucaí, 383 - Floresta
30.150-904 - Belo Horizonte - MG
Telefone: (031) 3279-5707
Fax: (031) 3279-5740



conforme é garantido pela Constituição República Federativa do Brasil no art. 5º inciso LV.

De maneira espantosa, no sistema de movimentação de processos da FEAM, no processo supracitado constava como "recusado", não sendo encontrado na DIINF – Divisão de Documentação e Informação, naquele dia. No entanto, ainda em 23 de junho de 2003 dia, foi feito requerimento para que o processo, em seu inteiro teor, fosse reproduzido (DOC. III).

A partir deste dia, e assim sucessivamente, foram feitos contatos telefônicos diários com Sr. Bruno Nepomuceno de Souza, funcionário da DIINF, que informava sempre que o referido processo ainda não havia sido encontrado.

Em 26 de Junho de 2003, a FCA, por sua representante, compareceu novamente à FEAM, quando, foi sugerido pela Gerente da DIINF, Sra. Ana Rita Perini de Oliveira, fosse feito requerimento para obtenção de vista dos autos, incluindo pedido de urgência, o que foi feito prontamente (DOC. IV).

Mesmo assim, os autos continuaram desaparecidos e a FCA continuou a manter contato diário com o funcionário Bruno, sobre o paradeiro dos autos, obtendo sempre a mesma resposta – não é conhecido o paradeiro do referido processo.

No dia 03 de Julho de 2003, às 16:00 horas, faltando, portanto, apenas 04 (quatro) dias, para o término do prazo para interposição do PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO; o processo foi encontrado.

Foi informado à representante da FCA pela Gerente da DIINF apenas, que os autos do Processo Administrativo nº. 067/1998/005/2000 encontravam-se no setor de Contabilidade.

Ainda assim, foi requerido, em caráter urgente, certidão que deverá contemplar que o processo acima citado somente foi encontrado em 03 de Julho de 2003, às 16:00 horas; no entanto tal certidão até a presente data não foi disponibilizada.

Dúvidas não restam a cerca da significativa redução do lapso temporal para o exercício do direito de defesa, implicando, por conseguinte, em cerceamento, com a violação de direito líquido e certo da atuada.

Apresentando defesa nesta data, qual seja, 07/07/2003, a atuada atende ao prazo fixado no auto de infração somente em homenagem aos princípios da eventualidade e da celeridade processual, mas fica prejudicada na argumentação frente à este Órgão Ambiental, já que teve subtraídos ilegalmente 15 dos 20, ou seja, quase que a totalidade dos dias para o exercício do seu direito de defesa, ferindo assim, claramente o inciso LV do art. 5º da CF- abaixo transcrito, que assegura tanto em processo judicial quanto em processo administrativo a ampla defesa.

Ferrovia Centro-Atlântica SA

Rua Sapucaí, 383 - Floresta
30.150-904 - Belo Horizonte - MG
Telefone: (031) 3279-5707
Fax: (031) 3279-5740

"Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório a ampla defesa, com meios e recursos a ela inerentes;"
(Grifamos)

Por tudo o que foi exposto até o presente momento, essa FCA REQUER seja acolhida a preliminar, ora argüida, consoante a clara violação de preceito constitucional, e o acolhimento do Pedido de Reconsideração interposto, em 25/09/00.

V – DO MÉRITO

Ultrapassadas as preliminares argüidas e apenas por argumentar e ao amor ao debate, e em observância estrita ao princípio da eventualidade, passa-se à análise do mérito.

Os pareceres Técnico e Jurídico que embasaram o encaminhamento do Ofício (pois, não foram apresentadas neste Ofício as razões que levaram a Administração Pública aplicar o montante da multa ali referido), não apresentaram consistência técnica e jurídica para justificar aplicação de penalidade de multa no valor de R\$ 6.384,96 (seis mil, trezentos e oitenta e quatro reais e noventa e seis centavos); senão vejamos:

V.1) No que diz respeito ao Parecer Técnico fls. 82 e seguintes do referido Processo Administrativo, no 6º §, foi exposto que "a empresa não apresenta justificativa técnica para a infração cometida"; ora, não haveria como apresentar, pois foi claramente exposto na Defesa apresentada em 25/09/00 e, inclusive, ratificado pelo próprio Parecer Jurídico fls. 67 e seguintes, que ocorreu acidente ferroviário que ocasionou o vazamento de LAB contido nos vagões da ordem de aproximadamente 105 m³ (cento e cinco metros quadrados).

Ademais, não há o que falar em "depósito, disposição, descarregamento, **infiltração, ou acumulação no solo de resíduos de qualquer natureza**.", conforme exposto no Parecer Técnico fls. 68, pois toda a quantidade de LAB derramada foi retirada da área atingida.

Portanto, não há o que falar em ausência de justificativa técnica para a infração cometida, pois tratou-se de acidente ferroviário, ocasião em que todas as medidas mitigadoras e subsequentes foram tomadas pela Defendente, e muito menos por depósito de resíduos no solo, pois toda a quantidade de LAB derramada foi retirada.

V.2) Não foi demonstrada sob o ponto de vista técnico "**a efetiva morte de pequenos organismos animais e vegetais pela adesão e cobertura de tecido, impedindo a troca gasosa entre estes e o ambiente**", ou seja, o dano ambiental causado.

Ferrovia Centro-Atlântica SA

Rua Sapucaí, 383 - Floresta
30.150-904 - Belo Horizonte - MG
Telefone: (031) 3279-5707
Fax: (031) 3279-5740



Para a averiguação efetiva da morte destes pequenos organismos é fundamental a análise do solo (biomassa do solo) antes do acidente e depois da ocorrência do acidente, o que não ocorreu. Assim sendo, devido a biodegradabilidade da pequena quantidade de LAB derramada, não há o que falar em "dano ambiental". Assim entendido, como sendo *"a lesão aos recursos ambientais, com conseqüente degradação – alteração adversa ou 'in pejus' – do equilíbrio ecológico e da qualidade de vida."* ("Direito do Ambiente", segundo Édis Milaré em sua obra", 2ª Ed., Editora dos Tribunais, fls. 421).

Neste ponto, essa FCA REQUER desde já, efeito suspensivo a penalidade de multa aplicada, face a celebração de Termo de Compromisso, propondo, para tanto, a análise do solo nos 03 (três) pontos atingidos e posterior reparação dos danos, se efetivamente constatados pelas análises.

V.3) No que diz respeito a penalidade da multa aplicada no valor de R\$ 6.384,96 (seis mil, trezentos e oitenta e quatro reais e noventa e seis centavos), ressalte-se que tal valor é extremamente alto, face ao efetivo dano ocorrido, conforme restou amplamente demonstrado. Até porque, note-se que não foram observadas as atenuantes previstas no § 1º, inciso I do art. 21 do Decreto nº. 39.424 de 05 de fevereiro de 1998, que alterou e consolidou o Decreto nº. 21.228 de 10 de março de 1981 e regulamentou a Lei nº. 7.772 de 08 de setembro de 1.980, abaixo descrito.

"§ 1º - O valor das multas será graduado de acordo as seguintes circunstâncias:

I – atenuantes:

- a) reparação imediata do dano ou perigo de dano à autoridade ambiental;
- b) comunicação imediata do dano ou perigo à autoridade ambiental;
- c) gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos e suas conseqüências para a saúde pública e para o meio ambiente;
- d) situação econômica do infrator, atribuindo-lhe o ônus de comprová-la documentalmente. " (Grifamos)

Note-se, claramente, que a FCA incorreu em todas as atenuantes supramencionadas, consoante demonstradas ao longo do Processo Administrativo em comento. No tocante a alínea d), vale ressaltar ainda que:

Ferrovia Centro-Atlântica SA

Rua Sapucaí, 383 - Floresta
30.150-904 - Belo Horizonte - MG
Telefone: (031) 3279-5707
Fax: (031) 3279-5740



A FCA é uma empresa que opera com prejuízos acumulados da ordem de R\$ 628.387.000,00 (seiscentos e vinte e oito milhões e trezentos e oitenta e sete mil reais), (DOC. V), de acordo com os balanços anexos. Desta forma, a aplicação no valor de R\$ 6.384,96 (seis mil, trezentos e oitenta e quatro reais e noventa e seis centavos), à título de multa, onera por demais a Cia; além de não condizer com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Assim entendidos, como o dever de obediência da Administração Pública a adequação entre os meios e fins que utiliza, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao interesse público.

Por todo o exposto, não há o que falar na: (i) ausência de justificativa da infração cometida; (ii) em dano ambiental; (iii) em das observância das circunstâncias atenuantes para aplicação da penalidade de multa ora aplicada.

VI – DOS PEDIDOS

Por todo o exposto, é o presente para submeter à reflexão do Presidente da Câmara Especializada de Infra-Estrutura do COPAM, as razões de fato e de direito acima elencadas e requerer, cumulativamente e alternativamente, o seguinte:

- (i) Seja recebido o RECURSO, conferido efeito suspensivo nos termos do art. 31 caput Decreto nº. 39.424 de 05 de fevereiro de 1998, que alterou e consolidou o Decreto nº. 21.228 de 10 de março de 1981 e regulamentou a Lei nº. 7.772 de 08 de setembro de 1.980, face a celebração de Termo de Compromisso.
- (ii) Seja acolhida a preliminar argüida, anulando as razões apresentadas pela FEAM que indeferiram a impugnação administrativa e seja, desta feita, acolhida aquela impugnação interposta mediante decisão fundamentada;
- (iii) Consequentemente, seja anulado o auto de infração, ou caso entenda V.Sa. que não é hipótese de nulidade, seja o mesmo objeto de revisão, julgá-lo insubsistente, procedendo-se ao seu respectivo cancelamento, para todos os efeitos legais, ou ainda;
- (iv) Seja reduzido o valor da multa, face as medidas mitigadoras e subsequentes adotadas, gravidade dos fatos e a situação econômica do infrator, e ou,;
- (v) Seja transformada a penalidade de multa aplicada em obrigação de medidas de interesse de proteção ambiental, além das exigidas por lei, conforme Deliberação do COPAM.

Termos em que,
Pede deferimento.

Ferrovia Centro-Atlântica SA

Rua Sapucaí, 383 - Floresta
30.150-904 - Belo Horizonte - MG
Telefone: (031) 3279-5707
Fax: (031) 3279-5740



Belo Horizonte, 25 de Junho de 2003.

Fernanda Nunes Coelho Lana E Souza
P.P. Fernanda Nunes Coelho Lana E Souza
OAB/MG 71.851

Bárbara Hoffman Versieux
Bárbara Hoffman Versieux
OAB/MG 1.229-E

DOCUMENTOS ANEXOS

- DOC. I – Cópia do envelope
- DOC. II – Ofício da FEAM
- DOC. III – Cópia da petição requerendo cópia dos autos
- DOC. IV - Cópia da petição, pedindo urgência
- DOC. V - Balanços

Ferrovias Centro-Atlântica SA

Rua Sapucaí, 383 - Floresta
30.150-904 - Belo Horizonte - MG
Telefone: (031) 3279-5707
Fax: (031) 3279-5740